

Discurso proferido pelo presidente da Atricon, Fábio Nogueira, na cerimônia de abertura do VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas – Florianópolis (SC), em 28/11/2018.

Brasil, um país. Poderia ser tradução de imensidão; sinônimo de riqueza. É verdadeira contemplação de beleza. Berço de matas; fonte de águas cristalinas. É a vibração das ondas de um mar multicores, como as suas pedras preciosas – esmeralda, turquesa, turmalina. Uma natureza superlativa, medida na extensão do Rio Amazonas, no vigor das Cataratas do Iguaçu; na resiliência da Caatinga do Nordeste; nos mistérios inexplorados de suas grutas e cavernas, nas esculturas desafiadoras dos cânions; na vastidão de terras produtivas; no curso abençoado do Rio São Francisco. Um sol fulgurante de luz e vida.

Um gigante de inumeráveis recursos, que compõem toda essa magnitude. Essa imponência tem identidade, tem feições, tem os braços do abraço, tem a capacidade da superação, tem o dom da generosidade, a gentileza da hospitalidade. Ele tem um gênero, que se chama gente. Os brasileiros são a expressividade da força; são a substância mais significativa desta Pátria.

Permitam-me, um breve desvio de raciocínio, para um registro. É sobre gente e cidade brasileira, a poesia que rendeu ao cearense Mailson Furtado, o Prêmio Jabuti 2018, com um livro escrito à mão: “eu tenho sangue de gente, tenho essa poeira laranja na cara, no peito, no sangue. Sou metade gente, metade bicho. Sou Sertão da cidade, sou pedaço água, ferro, terra. Sou rio, trilho, rodagem...”.

Pois bem, um país com tanta fartura, incontáveis capacidades para o desenvolvimento, lamentavelmente, ainda faz a sua gente sofrer. Milhões de analfabetos; milhões na pobreza; milhares sem acesso à eletricidade, nem à água potável, enfim, milhões de desassistidos.

O Brasil ainda comporta graves máculas, muitas delas resultantes ou agravadas pela corrupção. A gestão pública, cujo dever precípua é gerenciar os recursos públicos, zelando pela sua efetiva aplicação, muitas vezes, o subtrai, para fins escusos e indignos, para o enriquecimento ilícito.

O combate à corrupção se inclui no extenso escopo de ações dos Tribunais de Contas brasileiros. Contribuir para a redução dos índices de pobreza e de analfabetismo, que tanto infelicitam e envergonham; atuar pela dignidade das pessoas; contribuir com a preservação da grandeza do Brasil, especialmente a cidadania, que distinguimos como a mais valiosa, é a nossa imperiosa missão.

É preciso que o controle externo enxergue, alcance e contemple cada cidadão deste país continental. E, para alcançar os lugares mais ermos do Brasil escolhemos um caminho: o aprimoramento. A bússola que identifica o percurso mais propício é o Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas, que tem no Marco de Medição de Desempenho a ferramenta desse norte. O ponto de partida é um olhar interior.

Com o MMD-TC identificamos as nossas próprias fragilidades, os aspectos vulneráveis das atividades de fiscalização e controle. Esse reconhecimento nos permite mudar de rota; nos aponta a direção da efetividade; a segurança da melhor condução.

Possuímos um diverso e inumerável banco de dados da administração pública. Para manejá-lo com o necessário domínio, para obter dele os melhores subsídios, o Sistema dispõe da Rede Infocontas. A possibilidade de compartilhamento dessas informações favorece à tomada de decisões, fornece elementos para o planejamento das auditorias. É um acessório indispensável ao controle externo moderno, concomitante, cautelar.

Assim, se tem prosperado. Membros e técnicos dos Tribunais de Contas absolutamente envolvidos nesse processo construtivo, descobrindo métodos inéditos, desenvolvendo novas ferramentas, fazendo o melhor uso dos recursos tecnológicos, produzindo boas práticas. O sentimento de cooperação, de coparticipação, de permuta, é a força motriz na condução das nossas ações.

A perseguição pelo aprimoramento, que se alimenta da persistência e do desejo continuado em corrigir prováveis imperfeições, que ganha reforço na compreensão da dinâmica com que se apresentam as demandas sociais e na necessidade de contemplá-las, é um processo inexaurível.

Afinal, tudo passa pelo crivo do controle externo, inclusive as suas próprias atividades. As escolas onde estudam as nossas crianças; os hospitais onde são atendidos os nossos doentes, necessitam estar em boas condições. As estradas por onde trafegam produtos agrícolas, combustíveis, alimentos, medicamentos, insumos de toda a espécie e, principalmente, pessoas, precisam estar minimamente transitáveis. Os cidadãos precisam contar com a segurança de ter a integridade física e bens invioláveis. Enfim, todos os serviços públicos merecem um olhar clínico.

Precisamos pensar no futuro do planeta. Aliás, isso significa cuidar da nossa própria sobrevivência. Incluir em nossas agendas os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável não é jogo de cena, é urgência. Nos chama à ação imediata, a destinação dos resíduos sólidos, afinal, somos cada vez mais numerosos, mais induzidos ao consumo e, conseqüentemente, mais geradores de lixo. Requer acuidade a situação dos nossos recursos hídricos, as reservas de água, cada vez mais escassas, em razão dos períodos, cada vez mais longos, de estiagem que, por sua vez, conforme estudos, é consequência do aquecimento global.

Os nossos rios que secam, principalmente, pela interferência humana, pelo descuido com as nascentes, pela destruição das matas ciliares. As nossas reservas florestais, os biomas, a diversidade da fauna e da flora. Tudo requer proteção. Em todos esses eventos o controle externo precisa confirmar posição.

Como reforço, estamos incluindo onze novas Resoluções Diretrizes ao nosso, digamos, arsenal, ao nosso tanque de guerra chamado Marco de Medição de Desempenho. No próximo ciclo de aplicação teremos uma temática bem mais elástica e lá figurarão, por exemplo, tratamento de resíduos sólidos que, como já disse, demanda preocupação.

Outra questão, também agravada nos últimos tempos, se refere à mobilidade urbana. As cidades brasileiras estão, cada vez mais, congestionadas pelo trânsito, mais poluídas pelo acentuado número de veículos em circulação. Por outro lado, verificamos a redução dos espaços para a circulação de pedestres; ciclovias insuficientes ou arriscadas; enfim, percebemos que a injunção dos órgãos de controle é necessária.

Temos na própria sociedade uma grande e indispensável parceira. Fomentando o controle social estabelecemos e fortalecemos uma aliança com a cidadania. Ninguém mais apropriado que o cidadão para reclamar, para reivindicar políticas públicas condizentes com as suas necessidades, nem mais bem qualificado para identificar serviços falhos, sinais de desvios de dinheiro público.

Imperioso buscar resolutividade para as aflições da população. Imperativo contribuir para que a gestão pública solucione os problemas sociais. Esse é o lado mais primoroso do controle externo, tantas vezes incompreendido. Constantemente criticado por seu viés punitivo. Mas esse semblante vem sendo desmistificado. As ações pedagógicas estão definitivamente inseridas na rotina dos Tribunais de Contas.

A aproximação com o gestor público, também, nos aproxima da cidadania. Afastados os mal intencionados, sobram inúmeros com o interesse de acertar de produzir a boa governança. Esse é um resultado da relação harmoniosa com os Poderes Públicos.

Relação harmônica e profícua mantida com todas as instituições da República. Com o Supremo Tribunal Federal, por exemplo, fomos chamados ao 'Diálogo Institucional' pelo Ministro Dias Toffoli. Temos agora a honrosa tarefa de produzir um diagnóstico das grandes obras paralisadas no Brasil, temos a missão de contribuir para que serviços essenciais não sofram solução de continuidade e, ainda, para que a retomada das construções promova um aquecimento na economia do país.

É necessário que correspondamos às expectativas dos brasileiros. Somos parcela dessa população, que escolheu o controle externo como profissão; somos agentes incumbidos de favorecer à boa governança dos recursos públicos.

Somos permanentemente exigidos na dimensão da nossa missão constitucional e no compromisso republicano. Portanto, haverá sempre a necessidade de reforçar laços institucionais, de reafirmar empenho por um Brasil melhor e mais digno.

Este VI Encontro Nacional é ocasião para refletirmos sobre tudo isso; é instância de debates, que enriquecerão nossas atividades; é espaço para a obtenção de conhecimentos, que aprofundarão as nossas experiências. É propício ao aprendizado.

Tenho toda a convicção de que este evento produzirá bons frutos. Tudo foi preparado com o melhor esmero, pela dedicação de muitos, sob a batuta do Conselheiro Dado Cherem, a quem dirijo o meu mais escolhido agradecimento. Agradeço, também, a cada presidente aqui presente. Pela própria participação e pelos muitos a quem deram permissão de participar.

Conselheiros, Conselheiros Substitutos, Procuradores, servidores de todo o país, mãos e mentes que se alinham, que se consagram à atividade de fiscalizar as contas públicas. É uma imensa responsabilidade, a que carregamos: a proclamação da cidadania, de maneira muito particular, depende das ações do Sistema Tribunais de Contas. O meu muito obrigado pela dedicação, pela confluência que impulsiona o aprimoramento.

Impossível olvidar os parceiros sem os quais o VI Encontro teria brilho menos intenso: ABRACON, AUDICON, SEBRAE, BID, FIESC, Editora Fórum, Instituto Ruy Barbosa. Cada um desses tem importância fundamental.

Mas citar o IRB por último tem um propósito: aludir a Ruy Barbosa, responsável pela institucionalização das Cortes de Contas e patrono do Tribunal de Contas da União, que disse: “a República não precisa de fazer-se terrível, mas de ser amável; não deve perseguir, mas conciliar; não carece de vingar-se, mas de esquecer; não tem que se coser na pele das antigas reações, mas que alargar e consolidar a liberdade.”

Que sejamos uma República plena.

Muito obrigado e um profícuo evento para todos.